

ENTRE “LOBOS” E “CORDEIRINHOS”: DOS DISCURSOS E DAS PRÁTICAS NOS RELACIONAMENTOS FAMILIARES E CONJUGAIS ENTRE DESCENDENTES DE IMIGRANTES

Cleci Eulália Favaro

*Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)*

Resumo

Na análise de depoimentos de homens e mulheres idosos, descendentes de imigrantes de origem étnica italiana, a respeito de suas trajetórias de vida pessoais, conjugais e familiares, conceitos como “mandato mítico familiar”¹ e “poder simbólico”² permitem distinguir os discursos marcados pelo imaginário coletivo da realidade vivida.

Palavras-chave: histórias de vida, representações, imigração italiana.



Abstract

In the analysis of the testimony of elderly men and women, descendants of immigrants of Italian ethnicity, about their life, matrimonial and familial stories, concepts such as “familial mythical mandate” and “symbolic power” allow us to distinguish between reality and the discourses marked by the collective imaginary.

Key words: life stories, representations, Italian immigration.

A PROPOSTA DE TRABALHO

A verdade, dizem, tem no mínimo duas versões. Com a postura de quem observa sem preconceitos – olhar, ouvir, analisar, comparar –, tive a oportunidade de realizar, entre 1990 e 1993, uma rica experiência de coleta, transcrição, análise e cruzamento de dezenas de depoimentos (na modalidade de histórias de vida). O universo de pesquisa foi circunscrito a uma tipologia especial de depoentes: homens e mulheres idosos (com mais de 60 anos), de origem étnica italiana ou ítalo-brasileiros. O objetivo primeiro visava verificar, por meio das narrativas, o grau de consciência – especialmente das mulheres – sobre o papel dos imigran-



tes e de suas famílias no desenvolvimento material de uma área geográfica da encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul conhecida como Região Colonial Italiana (RCI).

Imigrantes instalados em levas sucessivas em uma área de montanha de difícil acesso, em meio à mata virgem e distante dos centros econômicos já ocupados pelos descendentes de alemães (os vales férteis, ao longo dos rios), ou pelos luso-brasileiros (as imensas pradarias de criação extensiva de gado), conseguiram, em uma centena de anos, transformar a região em um pólo industrial de referência nacional.

Desde 1975 – ano de numerosas comemorações destinadas a marcar o centenário da chegada das primeiras famílias (instaladas nos lotes coloniais, majoritariamente em regime de pequena propriedade) –, vem sendo produzida uma vasta bibliografia, seja de cunho épico-biográfico, seja sobre histórias de família, ou sob o enfoque dos usos e costumes locais/regionais, identificados sempre com a cultura (real ou imaginada) do país de origem.

Uma análise dessa produção resulta na impressão de que todos os imigrados foram vencedores, à custa de um enorme e continuado esforço pessoal, da dedicação ao trabalho, da conduta honesta, da retidão de caráter, de forte senso de economia e da coragem do empreendedor. Exemplo disso são os Álbuns Comemorativos aos 50 e 75 anos da chegada dos primeiros colonos. Ou a intensa atividade da EST – editora da Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, sob a coordenação de frei Rovílio Costa.³

Embora os textos lancem algumas luzes sobre o envolvimento familiar na busca coletiva de ascensão econômica e social, o que se vê, na realidade, são histórias individuais – e masculinas, naturalmente. Quando falam as (poucas) mulheres, a referência são os homens (pai, irmãos, maridos, filhos). Elas existem por eles, para eles, através deles.

Essas figuras femininas emergem dos textos como estereótipos de uma mulher “italiana” padrão – também ela, por sua vez, estereotipada⁴ –, cujo desvelo, abnegação, desprendimento e fé profunda teriam se constituído no “pedestal” onde se assentaram homens bem-sucedidos. Enfim, uma história feita por homens para outros homens, marcada pelo mesmo discurso e pelas mesmas representações.

OS DEPOIMENTOS

Se é verdade que a verdade tem ao menos duas versões, estava faltando a outra, a do discurso não-oficial. Para buscá-la, encontrei suporte teórico e metodológico nas propostas da história oral, na modalidade de histórias de vida, apostando na afirmação de que, ao deixar falar um depoente, no ir-e-vir de seus (por

vezes, tortuosos) pensamentos verbalizados, seria possível reconstituir suas trajetórias pessoais, familiares e, com alguma sorte, conjugais. Ambicionava também verificar como cada depoente decodificava seu próprio papel na manutenção e disseminação dos valores atribuídos à etnia.

Por ocasião da realização das entrevistas, a idade média dos/das colaboradores/as situava-se em torno dos 70 anos. Entretanto, ao eleger e delimitar o universo de pesquisa, eu me perguntava se a escolha dessa faixa etária avançada não se constituiria em entrave, no momento de resgatar lembranças, quem sabe, dolorosas, que melhor estariam no fundo do baú da memória, como escreve Michelle Perrot. Assaltava-me a idéia da possibilidade de que não se mostrassem dispostos a revelar-se diante de uma entrevistadora atenta, mas desconhecida, cujo elos comuns se fechavam em torno da mesma origem étnica.

Tais questionamentos e inseguranças emergiam do fato de que aquela geração era produto de um processo ainda fortemente marcado pela presença de um significativo contingente de imigrados – e muitos entre eles o eram – “moldados” pelos valores e pelas representações da imigração, do mito medieval da fartura sem trabalho, das benesses a um gesto da mão.⁵

Para viabilizar a projeto, na intenção de verificar como eram disseminadas e mantidas tais representações (repito, o discurso laudatório da bibliografia consultada é monolítico), selecionei um conjunto de depoentes idosos moradores das áreas rurais. O que encontrei foi uma grande diversidade de “falas”, de visões de mundo, de expectativas (concretizadas ou não), de papéis sociais e de gênero.

No processo, boa parte dos discursos estereotipados cai por terra: embora os motivos⁶ que levaram milhares de pessoas a emigrar se façam presentes em quase todos os depoimentos (a fome, as guerras, a falta de trabalho e de oportunidades, as brigas familiares, a propaganda enganosa, a vontade de ascender socialmente), as narrativas pessoais diferem. Mas não é só: é importante registrar a postura dos depoentes, que, olhando suas vidas em perspectiva, fazem emergir uma ampla e variada gama de histórias – pessoais e familiares –, o que permite perceber discursos dentro do discurso, em flagrante contraste com a literatura “oficial”.

Guardadas as especificidades, os depoimentos são pontuados por numerosas informações a respeito de como, ao longo de mais de um século e no suceder das gerações, foram produzidos, disseminados e mantidos no imaginário coletivo os discursos e as representações sobre o que é ser homem e o que é ser mulher descendente de italianos.⁷

A experiência de buscar a voz de um narrador falando de si e dos seus permitiu aprofundar também questões de método: entre ler uma entrevista – extrair-lhe os dados, organizá-los e sistematizá-los – e participar ativamente do

processo, interagindo com o/a depoente, alteram-se as expectativas, os objetivos e a própria metodologia. E mais: quando se trata de entrevistar mulheres na presença de familiares, especialmente do sexo masculino, os gestos e a entonação de voz, a expressão do olhar, a postura corporal não é a mesma de quando estão sozinhas diante do interlocutor. É precisamente a riqueza de detalhes que permite afirmar que uma coisa é o domínio do referencial teórico-metodológico na coleta de depoimentos; outra é a experiência vivida e o tratamento (não-condicionado) dos dados.

Dos longos discursos, das pausas que os acompanhavam, dos gestos, olhares e suspiros (devidamente registrados em um caderno de campo), emergiu um conjunto significativo de questões sobre o modo de pensar e agir de um segmento da população local/regional (os idosos) que se refletia tanto nas relações conjugais e familiares como nas parentais e de vizinhança. Assim, palavras-chave previamente definidas como importantes para a compreensão dos depoimentos, tais como poder, trabalho, dominação, resistência, submissão, autonomia, independência, colaboração, realização pessoal, além de relações conjugais, maternidade, sexualidade e gravidez, por exemplo (e sempre que autorizadas), faziam parte do substrato das entrevistas, embora não explicitamente.

Desde as primeiras entrevistas, tornou-se evidente que a dinâmica familiar é permeada por questões de poder, nem sempre daquele poder ostensivo, declarado, e sim daquele que se expressa e se impõe nos interstícios das relações sociais; trata-se de um “poder simbólico” eficiente e eficaz, um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”⁸.

O discurso do/sobre o trabalho, por sua vez, concede homogeneidade aos depoimentos e, ao menos na aparência, iguala a todos os membros da família. Considerando-se que há séculos o discurso cristão do trabalho – incessante e incansável – é aval seguro para a salvação da alma e que a obediência e a submissão à autoridade (da Igreja, do Estado, do pai, do marido) é condição para a sobrevivência física familiar, nada mais adequado do que afirmar e confirmar que o binômio trabalho-submissão regeu as vidas singulares, as famílias e as comunidades de origem imigrante. Todos os depoimentos enfatizam essa constante como um valor; todos declaram com veemência que “trabalharam muito, desde a infância”, sob as ordens do pai ou de um irmão mais velho (imbuído da atribuição de comando). Ou do marido, em se tratando de mulheres casadas ou viúvas.

A categoria bourdiana de “poder simbólico” encontra aí todo o seu potencial explicativo, enquanto “poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”⁹.

A ênfase na afirmação de que trabalharam muito porque era necessário o empenho “de todos” para a sobrevivência do grupo familiar denota, no entanto, que o vocábulo designativo da totalidade, no entanto, era articulado no masculino plural: todos fizeram, todos trabalharam. Um anonimato que acabava por destacar apenas a figura do chefe de família. Nesse sentido, a linguagem é realmente uma ferramenta importante para assegurar e manter um poder simbólico,

poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização [que] só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário¹⁰.

Dado que o trabalho lhes absorvia o tempo e a obediência ao poder fundado no masculino era o tema dominante, como homens e mulheres denominavam a própria vivência de outros papéis, além do econômico? Ora, se a unidade de produção – o lote rural – dependia do esforço e empenho de todos para a sobrevivência da família, nada mais natural do que hifenizar também trabalho e família.

A essa questão vem acoplada uma outra, qual seja: a formação de um futuro núcleo familiar implica penetrar em terreno movediço – aquele de referenciar o corpo (que aparentemente só servia para produzir trabalho e reproduzir a força de trabalho) e a própria sexualidade. Assim, a análise dos depoimentos apresenta um leque surpreendente de respostas, quebrando a fixidez e a monotonia do discurso sobre as questões meramente econômicas.

No entanto, é preciso frisar que alusões a esses temas aparecem de forma muito sutil, principalmente nos depoimentos femininos: a religião católica (através do clero e da prática da confissão) sempre exerceu um forte controle sobre o corpo das mulheres. O corpo (socialmente aceito) é mero instrumento produtivo. Para nada mais. Um corpo que se pretende sexuado, nessas circunstâncias, é uma anomalia, passível de diferentes tipos de sanções. Como então falar desse corpo (do próprio e de outros) sem medo?

MULHER, MULHERES

Pravaz¹¹ afirma que, em cada circunstância histórico-econômico-social, são as relações Avó-Mãe-Filha que formam a matriz que co-gestará o “mandato mítico familiar”, cujo produto final resulta em diferentes modelos de mulher. Tais modelos se configuram no jogo entre as características que esta adquire como resposta às tarefas que realiza ou para as quais está sendo educada (habilidades e qualidades requeridas pelas funções a desempenhar) e as características do “feminino”, transmitidas pelos valores da ideologia dominante.

Estes estilos de (ser) mulher, originados na fragmentação e divisão do trabalho e do desejo, são adquiridos no convívio diário familiar, dado que ao transmitir os valores da sociedade a que pertence, distribui e outorga os papéis especializados que seus filhos e filhas deverão obrigatoriamente assumir.¹²

Para o desempenho das tarefas sociais às quais cada estilo de mulher se destina – a função materna, a função sexual e a função de combate –, são exigidas determinadas condutas especializadas que vão configurando uma dada maneira de ser mulher. Essa maneira ou estilo, que começa sendo um derivado da função exercida, assume depois características independentes, estabelecendo-se como parâmetro classificatório. Em cada família (e aqui é possível acrescentar, principalmente nas famílias de imigrantes, que “precisam” da aceitação dos nativos para sua inserção na nova sociedade), o processo de construir um sistema de categorias (ou estilos de mulher) acaba por estabelecer um conjunto de significantes que expressam o modelo que identifica – e ao mesmo tempo aprisiona – ou exclui.

Assim, a “maternidade”, a “sensualidade”, a “combatividade” (todas essas categorias eram imprescindíveis, naquele contexto singular) – e seus correspondentes objetos significantes, seja o filho, o corpo ou o trabalho – se depositam sobre a mulher, “cobrindo-a e tapando-a”, definindo seu corpo como um sistema de quebra-cabeças, que se sabe ser incompleto, mas que se oferece como absoluto: “o pedaço-totalidade útero, o pedaço-totalidade sexo, o pedaço-totalidade cabeça”¹³.

Nesse sentido, de acordo com as

circunstâncias histórico-sociais, com a cultura a que pertence, com a classe social em que se insere e com as modalidades psicológicas próprias das características dos membros que a compõem, [cada família] gestará determinados estilos de mulher, que, por sua vez, sofrerão modificações segundo as tarefas para as quais elas forem destinadas¹⁴.

Ora, se as famílias produzem diferentes estilos de mulher, porque permanece até hoje no ideário da imigração que emerge da literatura apenas uma figura feminina estereotipada, a chamada “mulher italiana” – forte, mas submissa ao homem; corajosa, mas dependente (também do homem); trabalhadora, mas sem ambição; mãe amantíssima e prolífica, embora assexuada?

Se todas as mulheres da etnia trabalharam muito, desde muito cedo (o que configura e reproduz o discurso oficial), seria possível afirmar que existe mesmo a “mulher italiana”, como quer fazer crer a ideologia da imigração bem-sucedida? Todas as imigrantes, suas filhas e netas, foram trabalhadoras incansáveis,

mães e filhas dedicadas, esposas perfeitas, submissas e obedientes? Essas perguntas, embora não formuladas diretamente, somavam-se aos demais objetivos das entrevistas.

Superada a fase inicial de mútuo reconhecimento, a comunicação fluía e o entendimento de nossas diferenças e semelhanças, situadas a partir das mesmas raízes étnicas e da maternidade, deixava de ser obstáculo: se, de um lado do gravador estava uma professora, da cidade, que “sabia falar” (português), do outro, uma *veccia*, uma velha, da colônia, da terra, de mãos calejadas e retorcidas pelo trabalho e pela artrite, tinha, quem sabe, pela primeira vez, a oportunidade de falar de si – e ser ouvida e valorizada.

Conduzida para a cozinha, espaço sagrado, lugar da sobrevivência física da família, de sociabilidade, do aprendizado para a vida (e muitas vezes de discussões acaloradas, sem dúvida, um espaço de poder, mesmo que restrito às quatro paredes da casa), a maioria das depoentes começava falando com um fio de voz, o olhar baixo, o corpo encurvado, afirmando que falar de sua vida não tinha a menor importância – por que eu queria saber?

Aos poucos perdiam o medo, os corpos endireitavam, a voz adquiria volume, o olhar finalmente encontrava o meu: através do relato, estavam sendo protagonistas de suas próprias vidas.

As frases que davam partida ao depoimento eram sempre do mesmo teor: “*Sai, donna, io ho lavorato sempre tanto, tanto...*” (Sabe, senhora, eu sempre trabalhei tanto, tanto...). Uma vida de trabalho – trabalho que não tinha começo e não tinha fim, da manhã à noite, todo ano, todos os anos. Um corpo que não descansava nunca, marcado por uma narrativa que seguia fielmente o discurso da imigração bem-sucedida.¹⁵

A maioria não “trabalhou fora”, o que significa que não recebia qualquer pagamento pelo trabalho efetuado, dado que, por norma e por necessidade – ou pela imperiosa imposição das representações –, a produção no lote colonial, enquanto demandava a colaboração de todos os familiares, somente permitia o contato dos homens com o mundo dos negócios.¹⁶

Todas as infundáveis tarefas domésticas não eram consideradas trabalho – era uma obrigação imposta às mulheres de todas as gerações. Trata-se do que a ciência denomina de “naturalização” do trabalho feminino e não uma questão meramente cultural, mas também do modelo capitalista em fase de expansão na RCI, fundado na concentração do poder e dos bens em mãos masculinas.

Por outro lado, a simples presença – mesmo que muda – de um homem da família na cozinha (ou próximo à casa) transformava por completo o ritmo e a melodia do depoimento: o olhar brilhante é desviado, as pálpebras caem; as mãos se contorcem, nervosas; a voz emudece na garganta. Como num passe de mági-

ca, uma vez mais o medo se instala: não sabem mais nada, não lembram de nada, estão velhas, enfim.

Livres da (real ou suposta) censura masculina, as depoentes retomam o discurso e outra vez percebem-se mulheres fortes, inteligentes, “poderosas” (repetindo o discurso masculino!); afinal, a família foi mantida; alguns filhos, noras e netos estudaram e ascenderam socialmente; o marido, quase sempre, “morreu faz muito tempo, coitado”, e elas ainda são o esteio, a fonte, a origem de tudo – embora, dizem, ninguém reconheça, porque “estão velhas e não servem mais”.

É nas entrelinhas dos discursos que emergem as diferenças, os estilos de mulher: nem todas foram trabalhadoras incansáveis; nem todas casaram virgens e puras; entretanto, todas ouviram falar de casamentos feitos às pressas, de incestos, de partos nem tão prematuros (dizem até que não há data para o primeiro filho nascer). Nem todas foram mães abnegadas; nem todas amaram incondicionalmente sua família.

Quanta diferença na tomada dos depoimentos masculinos! Todos, indistintamente, trabalharam muito, é claro; mas tiveram tempo de lazer para jogar bocha com os amigos e vizinhos (aos domingos, depois da missa), para ir à cidade negociar a produção da colônia, para namorar as jovens da redondeza – e até para freqüentar um prostíbulo, quando a safra era boa e sobrava algum dinheiro. O receio maior, no momento das entrevistas, era a menção a pagamento de impostos, à produção do lote colonial ou ao valor auferido com a comercialização: aí, todos eram muito pobres, a terra “não dava nada” – e nem sabiam como poderiam sobreviver diante de tamanhas dificuldades.

Colocadas, eventualmente, questões como namoro, noivado, casamento, é unânime a valorização da própria virilidade dentro do vínculo conjugal (“Veja quantos filhos eu tenho”¹⁷) e fora dele (“Tive muitas namoradas”), permeada por frases de efeito sobre a própria capacidade de sustentar a família com o “seu” trabalho (esquecendo por completo a participação dos demais), um discurso ativo, positivado, auto-elogioso (embora nem sempre verdadeiro): “*Io so ancora forte e bravo*” (Eu sou ainda forte e corajoso). Ou: “*La famiglia va meglio oggi perche io sono il capo*” (A família está melhor hoje porque eu sou o chefe).

IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO

Assim, não é difícil compreender por que, no discurso de muitas (aliás, da maioria das depoentes), está presente a referência à necessidade de incorporar – mesmo à revelia, ao lado dos homens e desde muito jovem – o papel de “trabalhadora-combativa”, ou o de “reprodutora” da força-trabalho (a “mãe”¹⁸), ou, ainda, permanecendo solteira (obedecendo a um mandado familiar), assumir, no âmbito das representações, o perigoso papel da “sedutora”, fato que, real ou não,

podia condená-la (e muitas vezes condenava) ao ostracismo do convento, do hospício ou ao afastamento puro e simples do convívio familiar.¹⁹

Diante dos depoimentos, como não entender que a imagem construída é produto de uma cultura, de uma época, de uma necessidade econômica, de um ideal, de um objetivo a ser alcançado – familiar e socialmente definido?

Almeida²⁰ tenta uma explicação do fenômeno, ao dizer que o importante são “os efeitos de verdade” que uma sociedade produz quando se vale de determinados recursos para construir um padrão de comportamento.²¹ Efeitos nada desprezíveis, pois

que melhor maneira de submeter do que fazer pensar com os olhos do outro, ver-se a si próprio como o fator de desagregação do grupo, como um perigo para si próprio e para os outros e portanto como algo que deve ser controlado, vigiado, ter limitado seu espaço na vida pública, perder enfim o estatuto de maioria?²²

Alves e Pitanguy²³ observam que no processo social de construção da identidade de gênero demarcam-se espaços – público e privado – próprios a cada sexo: ao homem, o espaço externo; à mulher, o espaço doméstico. Se atentarmos para a dinâmica das sociedades rurais, tais espaços, concretamente definidos, são sobretudo marcos de referência na representação simbólica do feminino e do masculino.

Ora, à época das entrevistas, os modelos de representação do feminino, mesmo nas áreas rurais da RCI, começavam a sua lenta caminhada para a mudança, não sem intensos, contraditórios e muitas vezes hostis posicionamentos, uma vez que rompiam (ou tentavam romper) com os estereótipos.

No interior de uma sociedade camponesa fundada na supremacia do masculino sobre o feminino e no interior do relacionamento conjugal sancionado pela supremacia do homem sobre a mulher, sua habilidade, sua inteligência, sua sabedoria (ou sua única possibilidade?) consistiam na capacidade de mudar internamente a situação, de transformá-la em vantagem pessoal, aparentemente respeitando todas as leis sociais e religiosas, declarando submissão e obediência a todas as regras e formas “externas”. Por isso, é impossível deixar de registrar que sempre esteve presente nas narrativas a clássica e naturalizada divisão dos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres, embora nem sempre a realidade vivida coincidissem com a narrativa. Um olhar atento para o trabalho de Giron e Bergamaschi²⁴ é revelador: nos Livros de Impostos sobre Indústria e Profissões do Município de Caxias do Sul, centenas de mulheres se fazem presentes²⁵, solicitando isenção do pagamento de tributos, frente às dificuldades de gerir os negócios familiares.

Observando-se a si próprios e aos desdobramentos da própria vida, na longa – e muitas vezes difícil – incursão ao passado, a diversidade dos depoimentos, finalmente, explode em múltiplas emoções. A simples pergunta “Se pudesse, voltaria atrás?” faz emergirem as culpas, os anseios não realizados, os sonhos não vividos. Entre os homens, a resposta, positiva ou negativa, é seguida por uma baforada do cigarro de palha e um olhar de cumplicidade maliciosa.

O temperamento, a visão de mundo, os valores pessoais²⁶, além dos ditames familiares e do grupo social, exercem influência na avaliação em retrospectiva da própria vida, especialmente quando as referências se apóiam na função materna ou na econômica, na “missão” cumprida, no papel (bem ou mal) desempenhado.

Outras vezes, na revelação das dificuldades que a velhice coloca (ou quanto ela serve de recurso/estratégia para continuar a exercer um certo poder familiar). Se a vida foi um aprendizado constante, um lugar de lobos, um desafio a ser enfrentado – e vencido –, foi também uma *via crucis* palmilhada por cordeiros indefesos, incapazes de reagir, destinados pelas imposições familiares a desempenhar o papel de coadjuvantes: “Eu sonho que ele [o marido] ‘tá’ aqui, comigo. Eu queria que ele me levasse! Se eu não posso mais ‘trabalhá’, é melhor ‘morrê’!”.

PARA CONCLUIR

Analisando os resultados da experiência e pensando a questão das representações e do imaginário da imigração, é possível afirmar que, sim, a verdade tem duas (ou mais) versões e que a forma de conhecê-la e interpretá-la passa, necessariamente, pelo acesso a diferentes fontes documentais. Para atingir os objetivos, no entanto, a metodologia a ser utilizada, bem como o referencial teórico que define os rumos da investigação histórica, devem ser de domínio do pesquisador, especialmente quando se vale da história oral.

Passados tantos anos após viver essa experiência singular – brindada, no momento das despedidas e dos agradecimentos, com inúmeros e variados presentes, como uma toalha com detalhes em crochê, um pão “feito em casa”, uma fotografia da família, um maço de temperos (que elas cultivaram), um pote de marmelada, ovos, legumes, verduras e frutas –, posso afirmar que, no processo de coleta de depoimentos na modalidade de histórias de vida, a postura do/a entrevistador/a deve ser pautada pela humildade, pela tolerância, pelo respeito ao depoente e à forma como se coloca, na condição de narrador. Mantidas as regras básicas da sociabilidade, podem ocorrer surpresas altamente positivas.

Uma postura preconceituosa, de superioridade, de menosprezo ou de indiferença pode resultar de imediato em barreiras (quase) intransponíveis entre aque-

le que fala e aquele que registra. Daí a importância de, ao trabalhar com o testemunho oral como fonte documental, ser preservada a confiança mútua e, principalmente, o valor intrínseco da vida de quem – gentilmente e à custa de visitas por vezes dolorosas ao passado – concedeu um depoimento.

Desse ponto de vista, os/as depoentes permutam as categorias: nem só de “lobos” (masculinos), nem só de “cordeirinhos” (femininos) vive uma sociedade. A vida real se encarrega de destruir os estereótipos, apesar dos discursos oficiais.

NOTAS

¹ PRAVAZ, S. Três estilos de mulher: a doméstica, a sensual, a combativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.

³ Ver COSTA, Rovílio; MARCON, Italo. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educus, 1988. A Editora da Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes – EST, de Porto Alegre, ainda mantém a mesma proposta editorial, com a publicação de numerosos títulos relacionados ao tema. Ver também uma publicação bilingüe recente: COSTA, Rovílio (org.). *Cultura Italiana: 130 anos – Cultura Italiana: 130 anni*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

⁴ Como falar da mulher italiana (nascida no Brasil), se os próprios italianos afirmam que “o italiano” (ainda) não existe?

⁵ A perspectiva da obtenção de rápido sucesso material era tão forte que a bibliografia da emigração refere até que uma camponesa, pouco antes de partir, fez vender os poucos bens familiares para comprar chapéus e luvas, porque no Brasil seria *signora* (uma dama).

⁶ Nenhum/a depoente conseguiu expressar em palavras o intenso processo que abalava as estruturas do mundo rural europeu da segunda metade do século XIX, frente ao aprofundamento e a expansão do modo capitalista de produzir, acompanhado da ideologia do nacionalismo, ambos fatores de expulsão de milhões de camponeses para as cidades ou para outros países, como o Brasil, a Argentina ou os Estados Unidos. Diante de seu pensamento simplista de olhar a realidade, os efeitos assumiam o lugar das causas.

⁷ Veja-se que o termo “italiano” significa ser proveniente da Península Itálica, dado que sua identidade e sua identificação se fazia a partir da aldeia natal, de origem, e não com o Estado italiano constituído em 1870.

⁸ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 7-8. Vários depoentes referiram à necessidade de emigrar para fugir do domínio da família de origem. As mulheres, da sogra.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p.14-15.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ PRAVAZ, S. *Op. cit.*, p. 21.

¹² *Idem*.

¹³ PRAVAZ, S. *Op. cit.*, p. 20-21.

¹⁴ PRAVAZ, S. *Op. cit.*, p. 21-22.

¹⁵ Por vezes, revelam algumas depoentes, doenças inexplicáveis, dores disseminadas, também serviam de alibi para fugir do cumprimento das exigências familiares.

¹⁶ Em GIRON, Loraine S; BERGAMASCHI, Heloisa. E. *A força das mulheres proprietárias: histórias de vida – 1875-1975*. Caxias do Sul: Educus, 1997, os autores analisaram uma longa série de documentos da Intendência de Caxias do Sul e concluíram que, apesar e acima do discurso vigente, muitas mulheres foram comerciantes, hoteleiras, carreteiras, leiteiras, padeiras e até empresárias e arrimo de

família, diante da impossibilidade masculina de assumir tais papéis – por doença do marido, por abandono do lar ou pela minoridade dos filhos.

¹⁷ Sorrindo maliciosamente, um depoente afirmava que “antes do casamento, a gente se dava um beijinho, mas depois se pintava o sete”.

¹⁸ Um depoimento curioso e original é revelador: a entrevistada afirmou que em sua camisola de núpcias estava bordada a inscrição: “Lo faccio io per amor a Dio” (Faço [sexo] por amor a Deus).

¹⁹ Do conjunto das entrevistadas, apenas uma (e, não por acaso, a mais nova do grupo) declarou ser “briguenta”, não se submetendo às exigências, fosse do pai ou dos irmãos. Foi a única também que revelou ser mãe solteira, por vontade própria. Evidentemente, foi discriminada pelos familiares.

²⁰ ALMEIDA, C. C. A caixa de Pandora: um olhar sobre os mitos e os medos na representação da mulher. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: UFRGS, 1990, n. 16, p. 67-80.

²¹ Outra depoente declarou virar contra a parede um quadro com a imagem de Cristo pendurada diante da cama do casal, além de usar o tempo para planejar o cardápio para o almoço do dia seguinte, toda vez que o marido a procurava sexualmente. Absurdo? Pelos padrões comportamentais vigentes, podia constituir-se em discurso auto-elogioso de pureza, de recato, de inocência.

²² Desavenças entre vizinhos por questões de terra eram freqüentes e às vezes fatais. A simples possibilidade de união conjugal entre jovens pertencentes a famílias inimigas podia levar ao internamento, em conventos ou em estabelecimentos psiquiátricos, das jovens mulheres que ousassem transgredir. Os prontuários do Hospital Psiquiátrico São Pedro, de Porto Alegre, registram numerosos casos de exclusão e confinamento por esse motivo.

²³ ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. *Feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

²⁴ GIRON, Loraine S.; BERGAMASCHI, Heloisa. *Op. cit.*

²⁵ Entre elas, minha avó paterna, viúva aos 30 anos e com quatro filhos menores.

²⁶ “Só saio de casa com brincos, batom e perfume!” (T. A. E).